

RELAÇÕES DE GÊNERO E FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE: UM PANORAMA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Bruno do Nascimento Sá - Universidade de São Paulo

bruno.sa@usp.br

Introdução do Problema

A insatisfação pelo tratamento diferenciado entre homens e mulheres originou os questionamentos e discussões realizados nos estudos de relações de gênero. Essa insatisfação surgiu, principalmente, por parte de mulheres inconformadas com a diferença salarial e a diferença da quantidade de tarefas atribuídas a elas, em comparação aos homens (TEIXEIRA; MAGNABOSCO, 2010).

Entre 1960 e 1970, as discussões sobre gênero ganharam forças com o surgimento de movimentos de liberação feminina (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016) e o Movimento pelos Direitos dos Homossexuais (CARTER, 2004).

Mesmo com esse histórico, um estudo (IBGE, 2021) demonstra que, em 2019, as mulheres ainda recebiam 77,7% do montante direcionado aos homens, e dedicam quase o dobro de tempo ao cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos.

Entre fevereiro de 2018 e fevereiro de 2019, cerca de 1,6 milhões de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento. Outras 22 milhões sofreram algum tipo de assédio (FRANCO, 2019).

Os casos de violência contra os LGBTQIAP+ também são muitos. Nos atendimentos do Disque 100 em 2017, houve 837 denúncias por discriminação, 545 denúncias por violência física e 23 casos de violência sexuais por preconceito, entre outros (FGV-DAPP, 2018). A ONG Grupo Gay da Bahia – GGB estima que um LGBTQIAP+ foi morta a cada dezenove horas no Brasil, apenas em 2017.

40% dos entrevistados pela Santo Caos (2014) já sofreram algum tipo de discriminação no trabalho, apenas 47% declararam sua orientação sexual abertamente no ambiente profissional. Entre os principais motivos, o medo de ser discriminado, demitido ou terem sua capacidade profissional colocada em dúvida. 90% das travestis e transsexuais veem na prostituição sua única opção, mesmo com um bom currículo, pois

são descartadas de processos seletivos quando sua identidade de gênero é percebida pelo entrevistador.

Desenvolvimento

Scott (1995, p. 86) afirma que o núcleo de definição do conceito de gênero repousa sobre duas proposições: gênero é um “[...] elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [e] um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Para Whitaker (1988), estereótipos de gênero se iniciam já na gravidez. Os pais já determinam quais cores serão utilizadas, seu nome, os desenhos para a decoração do quarto, sua orientação sexual, etc. Dessa forma, ao nascer, o bebê já tem seu modelo de educação traçado, e aprende a andar como homem ou como mulher, a falar e a portar-se segundo o seu sexo de nascimento.

Connel e Pearse (2015, p. 38) afirmam que tais eventos são um esforço social enorme para canalizar o comportamento das pessoas. “Ideias sobre comportamentos adequados a cada gênero circulam constantemente, não apenas pelas mãos de legisladores, mas também nas atitudes de padres, pais, mães, professores, publicitários [...]”

As construções sociais geram comportamentos socialmente aceitáveis, impondo uma identidade que seja considerada normal e natural. Isso acontece quando se atribui a uma identidade o máximo de características positivas possíveis, de forma que qualquer outra identidade só possa ser avaliada de forma negativa. “A identidade normal é ‘natural’, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade” (HALL; WOODWARD, 2009, p. 83).

O reforço da diferenciação entre os sexos percorre toda a vida das pessoas e a escola, sendo um ambiente de prática social, inserida em um contexto histórico (PIMENTA et al., 2013), também exerce um papel importante nessas relações.

Santos et. al. (2015) menciona que, na escola, os corpos dos alunos recebem várias marcas que interferem em aspectos de sua sexualidade, gênero e constituição de sua identidade. Vianna e Finco (2009), afirmam que este processo se inicia logo nas primeiras relações com a educação. Já na pré-escola, o modelo binário masculino-feminino é

diariamente apresentado às crianças, e a manutenção desse modelo ocorre pelo ocultamento e marginalização das masculinidades e feminilidades alternativas. “É por meio desses ‘maus exemplos’ que a sociedade reforça a associação unívoca e supostamente natural entre sexo e padrões de gênero” (p. 280).

Assim, Silva (2015, p. 90) reforça que os educadores devem estar preparados para reconhecer, e não para reproduzir, o processo de “fabricação” de sujeitos que se faz comumente nas práticas do dia a dia, por serem consideradas “naturais”, mas, na verdade, precisam ser questionadas.

A escola tem como premissa oferecer um espaço para a discussão, reflexão e mudança de postura. Assim, apesar de estar inserida na sociedade, o ambiente escolar não precisa ser um mero reflexo do que ocorre ao seu redor, explica Silva (2015), se apoiando em outros autores. Vianna (2003, p. 48) reforça que "uma das formas mais candentes de manutenção do poder na escola dá-se pela reprodução das desigualdades de gênero nas relações escolares e na organização do sistema e do cotidiano escolar".

Silva (2015, p. 79; 97) menciona que “[...] é importante refletir/problematizar sobre quais são os conhecimentos selecionados, ao Ensino Superior, para serem ensinados por meio do currículo e como estes refletem nas práticas dos profissionais de educação”. Mas, para que isso ocorra, “cabe às instituições cumprirem o seu papel de agente político e isso passa pela formação de professores”.

Conclusões

Para Tardif (2003, p. 13), os saberes dos professores são constituídos através do tempo, sendo trabalhadores que já tiveram grande vivência em seu ambiente de trabalho antes mesmo de iniciarem sua formação formal. Dessa forma, mesmo após passarem por dispositivos de formação, muitos não conseguem modificar suas crenças e saberes sobre o ensino. Esses, por sua vez, são reativados e utilizados como ferramentas para a solução de problemas quando passam a atuar como docentes.

No entanto, de acordo com Teixeira e Magnabosco (2010), lidar com gênero está necessariamente ligado à mudança de crenças, a ser crítico em relação às verdades dadas como únicas, imutáveis e inquestionáveis para, assim, não correr o risco de ver o mundo como algo pronto.

Este trabalho tem como ponto de partida a promulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, em 1998, por se tratar do primeiro documento formal que trazem Diversidade Sexual e Relações de Gênero como sugestões de temas transversais a serem abordados com os alunos do Ensino Fundamental (BRASIL, 1997).

Assim, foram selecionadas cinco universidades públicas brasileiras, situadas em diferentes regiões do país, que possuem grupos de estudos focados em relações de gênero e educação atuantes. Dessa forma, o objetivo da pesquisa realizada no âmbito do doutorado irá investigar de que forma a temática gênero tem sido abordada em disciplinas oferecidas ao curso de pedagogia dessas cinco instituições, a partir de 1998.

Referências

ÁLVARO, Mirla Cisne. **Feminismo, lutas de classe e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 408p.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARTER, David. **Stonewall: the riots that sparked the gay revolution**. New York: St. Martin's Press, 2004.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

FGV-DAPP. **Dados públicos sobre violência homofóbica no Brasil: 28 anos de combate ao preconceito**. 2018. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/dados-publicos-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-28-anos-de-combate-ao-preconceito/>>. Acesso em 25 mai. 2019.

FRANCO, Luiza. Violência contra a mulher: novos dados mostram que 'não há lugar seguro no Brasil'. In: **BBC News**. 26 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503>>. Acesso em: 25 mai. 2019

HALL, Stuart; WOORDWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

IBGE. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

PIMENTA, Selma Garrido et. al. A construção da didática no GT Didática – análise de seus referenciais. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 52, jan-mar. 2013.

SANTO CAOS. **Demitindo preconceitos**. Por que as empresas precisam sair do armário. São Paulo: Santo Caos, 2015. Disponível em: < <https://www.demitindopreconceitos.com/> >. Acesso em 20 ago. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**, 20(2), 71-99. Jul/Dez, 1995.

SILVA, Kelly da. **Currículo e Gênero**: a sexualidade na formação docente. Curitiba: Appris, 2015.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério. In: **Revista Brasileira de Educação**. n. 13. Jan-Abr, 2000.

TEIXEIRA, Cíntia Maria; MAGNABOSCO, Maria Madalena. **Gênero e diversidade**: formação de educadoras/es. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VIANNA, Cláudia. Educação e Gênero: parceria necessária para a qualidade do ensino. In: SÃO PAULO (Cidade). SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL. COORDENADORIA ESPECIAL DA MULHER. **Gênero e educação**: Caderno para professores. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. In: **Cadernos Pagu**, (33), jul-dez 2009.

WHITAKER, Dulce. **Mulher & Homem**: o mito da desigualdade. São Paulo: Moderna, 1988.